

RELATÓRIO

Audiência Pública Virtual “O trabalho em Enfermagem no contexto de crise”

Local: Rede Social Facebook, página da Rádio e TV Câmara

Data: 25/05/2021

Horário: 10h às 11h41

Componentes da Mesa

- **Augusto Vasconcelos** – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador
- **Lívia Angeli Silva** - Diretora de Educação da ABEn-BA.
- **Alexandre Souza** - Representante da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Bahia (ABEn-BA).
- **Ubiraci Magalhães** - Representante da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Bahia (ABEn-BA).
- **Everaldo Alves de Oliveira Braga** -_Coordenador geral do Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (SINDSEPS) e Presidente do Conselho Municipal de Saúde.
- **Alessandra Gadelha** - Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia (SEEB).
- **Adeilma Pinheiro da Conceição** -_Tesoureira do Sindicato Intermunicipal dos Técnicos de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem do Trabalho e dos Técnicos de Patologia Clínica do Estado da Bahia (SINTEFEM).
- **Ana Carina Dunham Monteiro** - Membro do Conselho Fiscal do SINDSAÚDE-BA.
- **Abdon Brito** - Coordenador da Coordenadoria da Atenção Primária da SMS.

Abertura

Augusto Vasconcelos

Iniciou o debate destacando a comemoração do Dia Internacional da Enfermagem, 12 de maio, principal profissão do setor de saúde do Brasil. Afirmou que são mais de 2,4 milhões de

profissionais que atuam em vários segmentos da saúde brasileira. Lembrou que a enfermagem precisa ser valorizada e reconhecida, pois seus profissionais estão atuando na linha de frente no combate à pandemia. Destacou que já ocorreram mais de 700 casos de óbitos de profissionais da enfermagem, entre enfermeiras, técnicas e auxiliares, que perderam a guerra para a covid. Ressaltou a necessidade de serem votados dois projetos de lei: o projeto 2295, que tramita no Congresso Nacional e estipula a jornada de 30h/semanais; e o projeto de lei 2564, que estabelece o piso nacional do segmento. Afirmou que também seriam abordados, durante o evento, os problemas trazidos por uma recente resolução do Conselho Nacional de Educação que possibilita a realização do ensino de enfermagem à distância, profissão que necessita da presença técnica e do contato humano.

Considerações da Mesa

Lívia Angeli Silva

Expôs as consequências, no âmbito dos profissionais de enfermagem, da atual crise sanitária que estamos vivendo, lembrando que esta é uma crise também social, política e econômica. Lembrou que as categorias que mais adoeceram e morreram foram as categorias de enfermagem. Pediu intervenção do Município para atuar para melhorar as condições e valorização do trabalho dos profissionais de enfermagem e, expandindo sua atuação, na formulação e implementação de políticas públicas gerais, sejam sociais, econômicas, de transporte, habitação. Ressaltou também a possibilidade de ações do parlamento de cunho mais nacional, pedindo apoio na aprovação dos projetos.

Alexandre Souza

Lembrou que a enfermagem é uma categoria estruturante para os sistemas de saúde, não só atuando na assistência e cuidado direto da população, mas também em todos os serviços de saúde. Expôs a precarização do trabalho em enfermagem, especialmente durante a pandemia, com a falta de equipamentos e a falta de valorização ao trabalho por parte da gestão. Ressaltou que essa valorização é histórica, sendo a redução da jornada de trabalho para 30 horas apenas uma das pautas, assim como também o debate do piso salarial e a carreira no SUS. Relatou que houve a conquista da aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, mas que há três anos a

Câmara votara pela mudança nesta lei no intuito de barrar a progressão automática de nível em face da não avaliação, por parte da gestão, dos trabalhadores. Afirmou que boa parte dos trabalhadores precisa recorrer à justiça para fazer valer o direito que está escrito no texto da lei. Finalizou tratando da baixa remuneração concedida aos trabalhadores convocados para atuar na aplicação da vacina na Bahia.

Ubiraci Magalhães

Apresentou dados de uma pesquisa na área da enfermagem realizada pela Fiocruz em 2015. Afirmou ser uma categoria inferiorizada. Ressaltou que, dos entrevistados, 23,8% estavam cursando nível superior, 11,7% tiveram curso de graduação concluído e 98% tinham participação em atividades de aprimoramento, o que demonstra que se trata de uma categoria que está constantemente se aperfeiçoando. Destacou a existência do pagamento de subsalários aos trabalhadores, com valores abaixo de mil reais. Lembrou que já são 783 óbitos por covid-19 de profissionais da área. Ressaltou as péssimas condições de trabalho às quais são submetidos muitos trabalhadores, a exemplo da oferta de cadeiras plásticas para descanso em plantões de 12h ou 24h. Finalizou falando do descaso com a categoria e da sobrecarga de trabalho e estresse que vivem seus profissionais.

Everaldo Braga

Afirmou que a luta pela enfermagem é contínua, pois são profissionais que atuam em quase todas as áreas. Defendeu que a valorização da enfermagem é a garantia de que familiar e paciente receberão um tratamento digno e justo visando à cura.

Alessandra Gadelha

Destacou a importância e presença da enfermagem em todos os estágios do tratamento e processos de cuidados de todas as condições de saúde. Afirmou que a crise sanitária ocasionada pela pandemia de covid-19 escancarou e agravou problemas que já existiam no trabalho da enfermagem, como a falta de condições de trabalho, baixos salários atrasos salariais, falta de pagamento de verbas trabalhistas. Além disso, ressaltou a oferta de EPI's de péssima qualidade e a falta de fluxos de atendimento, fazendo com que as equipes se cruzem e se contaminem, levando-as ao adoecimento e sofrimento. Falou da precarização da profissão no município de Salvador, motivada pelas empresas terceirizadas de saúde que vieram pela reforma trabalhista regulamentada em 2017. Afirmou que

houve até “quarterizações” dessas empresas, quando a Prefeitura contrata uma empresa e esta, por sua vez, contrata outra para execução dos serviços, precarizando cada vez mais o trabalho. Afirmou que o sindicato pede a aprovação do piso salarial e da carga horária de 30 horas, lutas históricas, além da garantia dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Finalizou dizendo que muitas ações foram ajuizadas nesse período pandêmico e solicitou fiscalização para os contratos firmados entre as empresas e a prefeitura de Salvador, pois todos estes problemas relatados culminam na baixa qualidade da assistência oferecida pelos profissionais.

Adeilma Pinheiro

Comentou a situação de risco que os profissionais da enfermagem enfrentam, com precárias condições de trabalho, falta de EPI's adequados, jornadas de trabalho extensas e vínculos instáveis. Afirmou que muitos profissionais procuram o sindicato já adoecidos pelas jornadas duplas ou triplas e assédio moral que enfrentam. Pediu que a Câmara dê atenção aos trabalhadores dessa classe, prezando pelo vínculo seguro e apoiando a votação do PL 2564.

Ana Carina

Afirmou que esse é o melhor momento para discutir a pauta da aprovação do PL 2564. Falou da importância da valorização da profissão, que engloba mais de 2 milhões de trabalhadores, sendo mais de 80% mulheres. Falou da importância de estabelecer uma carga horária justa e que desde 1955 essa luta existe, mas que alguns pleitos foram negados ainda no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Afirmou que a luta pelo piso salarial vem desde 2009, com muitos ataques também, sob alegação e justificativa de que haveria um impacto financeiro muito grande se aprovado. Falou que os servidores públicos sempre são atacados, quando deveria haver, na verdade, uma reforma tributária. Falou da quantidade de pessoas acumulando vínculos, com duplas e triplas jornadas de trabalho para sustentar suas famílias. Ressaltou que a luta da enfermagem não é solitária, mas sim uma luta de toda a sociedade, pois quanto mais valorizada for a profissão, melhor a qualidade da assistência prestada pelos trabalhadores.

Abdon Brito

Ratificou a necessidade de valorização da categoria, já abordada anteriormente. Afirmou que o desmonte do SUS colabora para o desmonte da profissão, pois o SUS é um dos maiores

empregadores, sendo através dele executadas diversas políticas públicas que permitem a redução ou minimização das iniquidades sociais que assolam o país. Falou da necessidade de articulação política para garantia de direitos. Falou da importância de melhores condições de trabalho, valorização dos profissionais, piso salarial, carga horária que dignifique o trabalhador, pois são avanços que qualificam o atendimento ao usuário. Finalizou dizendo que o desafio é gerenciar ações básicas para a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores em um contexto de pandemia e suas particularidades.

Plenária

Juliete Barreto - Movimenta Psi

Afirmou que a precarização do trabalho de enfermagem, aliada ao sucateamento das condições laborais e à expansão da jornada de trabalho afetam diretamente a saúde do trabalhador. Concluiu dizendo que a multifuncionalidade e o multi emprego impactam diretamente o psicofísico desses profissionais.

Considerações finais

Lívia Angeli

Falou da necessidade de construção de uma agenda política que conflua com as pautas nacionais para pedir pelo PL, mas também para contestar perda de direitos. Reivindicou que a Câmara assuma o compromisso de pressionar o município para que este: regulamente a progressão de carreira dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde; implante a mesa de negociação permanente do SUS no município; crie lei municipal de proteção aos trabalhadores terceirizados, com a desclassificação de empresas com passivo trabalhista para as licitações municipais; reduza ao máximo a celebração de contratos terceirizados, a fim de priorizar a reposição de quadro de funcionários por concurso público; garanta a paridade salarial nos casos onde ainda permanecem as terceirizações, pois são pessoas que desempenham o mesmo trabalho; garanta o pagamento de horas extras, sejam elas estatutárias ou terceirizadas; garanta o cumprimento da lei que combate o assédio moral e a violência no trabalho; garanta a oferta de EPI's adequados e em quantidade suficiente para assegurar condições de biossegurança no trabalho; implante políticas de saúde do trabalhador para

os servidores municipais. Conclamou que a Câmara impulse projetos de indicação e pense em legislações que melhorem o transporte coletivo. Pediu ainda que a Casa Legislativa aplique sanções a empresas privadas que descumprem legislações trabalhistas e que haja fiscalização nesse sentido, além da ampliação de outros serviços como creche e escolas em tempo integrais, uma vez que a categoria é majoritariamente feminina. Finalizou pedindo articulação política para aprovação do PL 2564 e do PL das 30 horas.

Wellington

Lembrou que, como dito anteriormente, a dificuldade da enfermagem precede a pandemia. Afirmou que a enfermagem esteve abandonada pelo estado brasileiro e que sente falta de uma questão estruturada para apoiar a enfermagem. Afirmou que a profissão conta com os conselhos Federal e Regional de enfermagem e que, durante a pandemia, o Conselho de Advogados concedeu cestas básicas para advogados que estavam em processo de insegurança alimentar. Afirmou que profissionais da área de enfermagem passaram pelo mesmo processo ou até pior, especialmente no interior. Disse que os advogados possuem uma caixa assistencial, financiada com o dinheiro das anuidades pagas à OAB. Pediu a criação de uma caixa assistencial da enfermagem utilizando parte da anuidade, o que possibilitaria uma assistência permanente aos profissionais. Afirmou que já existe um projeto de indicação criado pela vereadora Ireuda Silva e que é preciso retomar este projeto.

Alexandre Souza

Afirmou que os profissionais de enfermagem são muito qualificados e que isso precisa se refletir em valorização. Ressaltou que o congelamento dos salários já perdura por mais de cinco anos. Pediu auxílio dos parlamentares no processo de implantação da comissão de avaliação, pois hoje a maior dificuldade é fazer valer o texto da lei do plano de cargos e carreiras. Destacou que houve a eliminação da progressão automática de nível há 8 anos, mas que, em contrapartida, o município ainda não consegue avaliar a contento seus servidores e garantir uma carreira digna no SUS. Finalizou defendendo a necessidade desta avaliação.

Sistematização dos encaminhamentos:

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência e envio para:
 - Gabinete de todos os vereadores da Câmara
 - Secretaria Municipal de Saúde

- Encaminhar documento elaborado por Livia Angeli para o gabinete de todos os vereadores.

Salvador, 09 de junho de 2021.

Augusto Vasconcelos
Vereador
Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida
Coordenadora Técnica da Ouvidoria
Matrícula 6065